

BMW Financeira S.A. – Crédito,
Financiamento e Investimento

Demonstrações financeiras do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2014

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Administradores e Acionistas da
BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial da Instituição de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial da Instituição, preparadas pela administração da Instituição, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial da Instituição, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial da Instituição, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial da Instituição.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam:

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Por ser a primeira apresentação de exercício das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração da Instituição optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

Outros assuntos

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 9 de março de 2015.

São Paulo, 9 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	2014
CIRCULANTE	1.170.643
Disponibilidades	125.206
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.400
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.400
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	31.955
Carteira própria	10.990
Instrumentos financeiros derivativos	20.965
Operações de crédito	952.029
Financiamentos - setor privado	976.465
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.436)
Operações de arrendamento mercantil	(145)
Arrendamentos a receber - Setor privado	953
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(940)
(-) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvid	(158)
Outros créditos	42.806
Diversos	42.806
Outros valores e bens	1.392
Despesas antecipadas	1.392
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	375.666
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9.586
Instrumentos financeiros derivativos	9.586
Operações de crédito	346.023
Financiamentos - setor privado	350.527
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.504)
Operações de arrendamento mercantil	(114)
Arrendamentos a receber - Setor privado	675
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(675)
(-) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvid	(114)
Outros créditos	15.438
Diversos	15.438
Outros valores e bens	4.733
Despesas antecipadas	4.733

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

PERMANENTE	26.471
Imobilizado de uso	1.540
Outras imobilizações de uso	1.870
Depreciações acumuladas	(330)
Imobilizado de arrendamento	24.868
Bens arrendados	19.347
(-) Depreciações acumuladas	(11.089)
Superveniência de depreciação	16.610
Intangível	63
Ativos intangíveis	63
TOTAL DO ATIVO	1.572.780

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

PASSIVO	2014
CIRCULANTE	1.097.236
Depósitos	874.267
Depósitos interfinanceiros	712.972
Depósitos a prazo	161.295
Instrumentos financeiros derivativos	1.887
Instrumentos financeiros derivativos	1.887
Obrigações por empréstimos	142.423
Empréstimos no exterior	142.423
Outras obrigações	78.659
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.088
Sociais e estatutárias	505
Provisão para imposto de renda diferido	3.281
Credores por antecipação de valor residual	11.019
Fiscais e previdenciárias	4.055
Diversas	57.711
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	158.652
Depósitos	7.700
Depósitos interfinanceiros	5.377
Depósitos a prazo	2.323
Instrumentos financeiros derivativos	1.918
Instrumentos financeiros derivativos	1.918
Obrigações por empréstimos	138.174
Empréstimos no exterior	138.174
Outras obrigações	10.860
Fiscais e previdenciárias	1.054
Provisão para imposto de renda diferido	872
Credores por antecipação de valor residual	7.907
Diversas	1.027
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	31.703
Resultados de exercícios futuros	31.703

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	285.189
Capital social	245.314
De domiciliados no País	-
De domiciliados no exterior	245.314
Reserva de lucros	45.064
Reserva legal	3.829
Reserva de lucros	41.235
Prejuízos acumulados	(5.189)
Prejuízos acumulados	(5.189)
TOTAL DO PASSIVO	1.572.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2014	2014
	2o.Semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	104.546	167.899
Operações de crédito	84.780	155.094
Operações de arrendamento mercantil	16.629	33.565
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	523	1.078
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	2.614	(21.838)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(74.296)	(110.385)
Operações de captação no mercado	(37.668)	(70.112)
Operações de empréstimos e repasses	(10.577)	2.151
Operações de arrendamento mercantil	(16.007)	(32.079)
Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(10.044)	(10.345)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.250	57.514
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(27.678)	(48.573)
Outras despesas administrativas	(13.292)	(21.219)
Despesas de pessoal	(6.184)	(12.355)
Despesas tributárias	(2.339)	(4.476)
Outras receitas operacionais	6.163	12.008
Outras despesas operacionais	(12.026)	(22.531)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(6.339)	(6.339)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(3.767)	2.602
Provisão para imposto de renda	(4.041)	(7.375)
Provisão para contribuição social	(2.944)	(5.392)
Ativo fiscal diferido	5.282	8.043
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(5.470)	(2.122)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$	(0,0494)	(0,0019)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de Lucros		Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	141.314	-	3.624	37.855	1.024	183.817
Aumento de capital	-	104.000	-	-	-	104.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.122)	(2.122)
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	-	205	-	(205)	-
Dividendos	-	-	-	-	(506)	(506)
Reservas especiais de lucros	-	-	-	3.380	(3.380)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	141.314	104.000	3.829	41.235	(5.189)	285.189
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	104.000	205	3.380	(6.213)	101.372
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	141.314	-	3.624	37.855	4.372	187.165
Aumento de capital	-	104.000	-	-	-	104.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.470)	(5.470)
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	-	205	-	(205)	-
Dividendos	-	-	-	-	(506)	(506)
Reservas especiais de lucros	-	-	-	3.380	(3.380)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	141.314	104.000	3.829	41.235	(5.189)	285.189
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	104.000	205	3.380	(9.561)	98.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2014</u>	<u>2014</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) líquido do período	(6.952)	(3.604)
Ajustes ao lucro líquido	34.034	33.536
Amortizações e depreciações	3.293	8.634
Baixas de ágio	6.182	6.182
Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	10.044	10.345
Obrigações por empréstimos no exterior	10.578	(2.150)
Provisão para passivos contingentes	(53)	(4)
Impostos diferidos	(5.282)	(8.043)
Superveniência/Insuficiência de depreciação	9.272	18.572
Variações Patrimoniais	(10.971)	(7.029)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(16.545)	11.488
(Aumento) Redução em operações de créditos	(364.372)	(332.173)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	25	(36)
(Aumento) Redução em outros créditos	(6.047)	(6.365)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(333)	(579)
Aumento (Redução) em depósitos	273.585	310.165

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	58.411	7.832
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	2.738	3.805
Aumento (Redução) em outras obrigações	31.734	(18.321)
Aumento (Redução) em resultado de exercícios futuros	9.833	17.155
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	16.111	22.903
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado de uso	(983)	(992)
Imobilizado de arrendamento mercantil	2.273	6.246
Intangível	(50)	(50)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	1.240	5.204
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) de Capital	104.000	104.000
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamentos	104.000	104.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	121.351	132.107
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	21.255	10.499
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	142.606	142.606
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	121.351	132.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

1 Contexto operacional

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, “Instituição”, tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e “Floorplan”. “Floorplan” é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, “Sociedade”, concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

A BMW Acquisitions Ltda tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é controlada pela BMW Acquisitions Ltda, que detém, 99,99% de suas ações ordinárias nominativas.

As operações das empresas são conduzidas o contexto de um Conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro nacional. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos relativos a estrutura operacional e administrativa comuns são absorvidos em conjunto ou individualmente.

A SC Sky Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Financiamento a Concessionários “SC Sky FIDC” é uma Sociedade de Propósito Específico “SPE” foi criado em 01 de agosto de 2014 e é administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários .

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial.

O § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701/2014, do BACEN, faculta a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial relativas às datas-bases anteriores a 31 de dezembro de 2014, assim, a administração da Instituição optou pela faculdade prevista e essas demonstrações não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.
- SC Sky Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Financiamento a Concessionários

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 09 de março de 2015.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.
As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

e) Hedge

No momento da designação inicial do hedge, a instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo.

f) Operações de arrendamento

As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil - BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito/arrendamento mercantil com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

h) Imobilizado de uso e intangível

São demonstrados ao custo de aquisição ou gasto, respectivamente. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas anuais, que levam em conta a vida útil estimada dos bens, de 10% para móveis e utensílios e 20% para equipamentos de processamento de dados e aquisição e desenvolvimento de logiciais.

i) Imobilizado de arrendamento

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação.

A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº. 140/84, quando aplicável.

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador.

O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento.

j) Resultado de exercícios futuros

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

k) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo. Os valores registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - créditos tributários”, foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (vide nota explicativa nº 15).

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para receitas de equalização financeira recebidas da BMW do Brasil Ltda diferidas pelo prazo médio da carteira de contratos, de provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente.

n) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN no. 3.823/09.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o provisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas.

o) Lucro líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014
Disponibilidades - Caixa	21.206
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	17.400
Reservas livres - Banco Central (2)	104.000
Total	142.606

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias com rendimentos que variam entre 95 a 101% do CDI, com risco insignificante de mudança de valor.

(2) Refere-se à reserva compulsória de recurso recebido a título de Aumento de Capital até que seja homologado pelo Banco Central do Brasil.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2o.Sem.2014	Exercício
Rendas com aplicações em depósito interfinanceiros	523	1.076
Rendas com títulos de renda fixa	-	2
Total	523	1.078

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 a Financeira tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e, foram realizadas no mercado de balcão.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador

2014					
Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	59.000	83.764	83.577	(187)
Swap (ponta passiva)	DI	59.000	64.910	65.039	(129)
Swap (ponta ativa)	EUR	187.381	203.138	197.020	(6.118)
Swap (ponta passiva)	PRÉ	187.381	192.924	188.812	4.112
Diferencial a receber/ (a pagar)					(2.322)

Vencimentos - Valor Mercado - 2014

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	61.970	21.607	-	83.577
Swap (ponta passiva)	DI	48.430	16.609	-	65.039
Swap (ponta ativa)	EUR	80.453	108.673	7.894	197.020
Swap (ponta passiva)	PRÉ	74.916	105.884	8.012	188.812

b. Avaliação a valor de mercado

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de “hedge”, em conformidade com a Circular BACEN no 3.082/02.

2014

Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	246.381	286.902	280.597	(6.305)
Captação	EUR	246.381	(286.902)	(280.597)	(6.305)
					100%

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2o. Sem.2014	2014
Rendas com operações de SWAP	20.604	20.958
Despesas com operações de SWAP	(17.990)	(42.796)
	2.614	(21.838)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais)

d. Composição do diferencial a receber/(pagar)

	2014		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	246.381	286.902	280.597
Euro	246.381	286.902	280.597
Posição passiva	246.381	257.834	253.851
DI	59.000	64.910	65.039
Pré-fixado	187.381	192.924	188.812
Diferencial líquido	-	29.068	26.746

6 Operações de crédito

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e de arrendamento mercantil, e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

Nível de risco	2014						% Provisão	Provisão
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total			
AA	3.387	14.227	29.907	214.286	261.807	0,00%	-	
A	2.097	82.791	21.763	249.560	356.211	0,50%	1.781	
B	2.763	86.974	19.036	106.078	214.851	1,00%	2.149	
C	707	349.236	6.182	27.503	383.628	3,00%	11.509	
D	504	79.835	6.566	18.035	104.940	10,00%	10.494	
E	-	404	1.050	1.641	3.095	30,00%	929	
F	-	-	195	211	406	50,00%	203	
G	197	-	-	397	594	70,00%	415	
H	121	25	378	936	1.460	100,00%	1.460	
Total	9.776	613.492	85.077	618.647	1.326.992		28.940	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

b. Composição da carteira de crédito por vencimento:

	2014		
	CDC	F.PLAN	TOTAL
Parcelas em curso normal:			
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	135.121	555.167	690.288
De 91 até 360 dias	260.585	24.182	284.767
Acima de 360 dias	350.527	-	350.527
Subtotal	746.233	579.349	1.325.582
Parcelas vencidas:			
De 15 a 180 dias	1.191	-	1.191
De 180 a 360 dias	219	-	219
Subtotal	1.410	-	1.410
Total	747.643	579.349	1.326.992

c. Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

	CDC	F.PLAN	TOTAL
Saldo em 31/12/2013	6.572	14.562	21.134
Constituições	5.799	15.319	21.118
Reversões	(358)	(10.547)	(10.905)
Baixas	(2.407)	-	(2.407)
Saldo em 31/12/2014	9.606	19.334	28.940
Saldo em 30/06/2014	8.953	11.232	20.185
Constituições	2.195	14.366	16.561
Reversões	(358)	(6.262)	(6.620)
Baixas	(1.186)	-	(1.186)
Saldo em 31/12/2014	9.604	19.336	28.940

	2o.Semestre	2014
Baixas para prejuízo	(1.186)	(2.407)
Renegociações CDC	1.318	2.143
Recuperações	510	752

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais)

d. Concentração dos maiores devedores:

	2014	
10 maiores clientes	311.896	23,50%
50 seguintes maiores clientes	272.711	20,55%
100 seguintes maiores clientes	29.940	2,26%
Demais clientes	712.445	53,69%
TOTAL	1.326.992	100,00%

7 Operações de arrendamento mercantil

A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional no 2.682/99.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:

Nível de risco	2014					Total	% Provisão	Provisão
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física				
AA	-	559	424	216	1.199	0,00%	-	
A	345	63	254	389	1.051	0,50%	5	
B	225	471	127	344	1.167	1,00%	12	
C	-	1.117	458	100	1.675	3,00%	50	
D	21	-	-	663	684	10,00%	68	
E	-	-	-	12	12	30,00%	4	
F	-	-	-	17	17	50,00%	9	
						70,00%		
G	-	-	39	-	39		27	
H	-	-	33	64	97	100,00%	97	
Total	591	2.210	1.335	1.805	5.941		272	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
 CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)**

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

	<u>2014</u>
Parcelas em curso normal:	
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	1.128
De 91 até 360 dias	2.247
Acima de 360 dias	<u>2.482</u>
Subtotal	<u>5.857</u>
Parcelas vencidas:	
De 15 a 180 dias	44
De 180 a 360 dias	<u>40</u>
Subtotal	<u>84</u>
Total	<u>5.941</u>

c. Movimentação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2013	<u>492</u>
Constituições	134
Reversões	(302)
Baixas	(52)
Saldo em 31/12/2014	<u>272</u>

Saldo em 30/06/2014	<u>468</u>
Constituições	47
Reversões	(243)
Baixas	-
Saldo em 31/12/2014	<u>272</u>

	2o.Semestre	2014
Baixas para prejuízo	-	(52)
Renegociações CDC	94	94
Recuperações	42	157

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

d. Concentração dos maiores devedores:

	2014	
10 maiores clientes	3.719	62,60%
50 seguintes maiores clientes	1.975	33,24%
100 seguintes maiores clientes	247	4,16%
TOTAL	5.941	100,00%

8 Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar

Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação, durante o exercício de 2014, no valor de R\$ 18.572, equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 16.610 e gerou, no exercício, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$ 4.643. O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

	2014
Máquinas e equipamentos	1.475
Veículos e afins	17.864
Superveniência de depreciação	16.610
Subtotal	35.949
Perdas em arrendamento a amortizar	33
Depreciações e amortizações acumuladas	(11.114)
Total	24.868

9 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por desembolsos referentes aos pagamentos de comissões às concessionárias e que são diferidas de acordo com as características dos contratos relacionados a tais pagamentos.

Os valores são apropriados, considerando os contratos individualmente, taxas, prazos e liquidações antecipadas.

Em atendimento às Resoluções no 3.954/11 e alterações posteriores, a partir de 01 de janeiro de 2015, as parcelas de remuneração referentes à originação de operações de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes no País serão reconhecidas como despesa na data da contratação. A BMW Leasing não optou pelos termos de reconhecimento das despesas descritos na Circular no 3.693/13.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais)

10 Depósitos

a. Interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras, com vencimento até maio/2016, a taxas pré-fixadas que variam entre 9% a 14% ao ano, ou, a taxas pós-fixadas que variam entre 100% e 107% do CDI.

b. A prazo

Referem-se às captações de recursos com concessionários e BMW do Brasil Ltda, com vencimento até janeiro/2017, a taxas pré-fixadas que variam entre 11,3% a 11,6% ao ano ou, a taxas pós-fixadas que variam entre 100% e 103% do CDI.

c. Composição da carteira de depósitos:

Depósitos Interfinanceiros:

	2014
Vencimentos até 90 dias	613.363
De 91 até 360 dias	99.608
Acima de 360 dias	5.378
Total	718.349

Depósitos a Prazo:

	2014
Vencimentos até 90 dias	160.288
De 91 até 360 dias	1.007
Acima de 360 dias	2.323
Total	163.618

Total geral	917.743
--------------------	----------------

11 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se às captações no exterior provenientes de sua matriz na Holanda – BMW Finance N.V. e BMW Holding B.V., com último vencimento em junho/2018, em Euro e com taxas pré que variam entre 2% e 3% ao ano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais)

2014					
Captação Moeda Estrangeira					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	246.381	(286.902)	(280.597)	(6.305)

12 Resultado de exercícios futuros

É constituído pela equalização (subsídio) de taxas nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Leasing Financeiro, recebidas da BMW do Brasil e suas revendas, apropriado pelo prazo médio da carteira

- a) Prazo médio BMW Financeira S.A.: 26 meses;
- b) Prazo médio BMW Leasing do Brasil S.A.: 42 meses

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias, sem valor nominal:

- a) BMW Financeira S.A.: 83.636.517
- b) BMW Leasing do Brasil S.A.: 27.079.140
- c) BMW Acquisitions Ltda: 41.017.952

BMW Financeira S.A:

Em 25 de novembro de 2014 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária que tratou do aumento e integralização do capital social da Companhia no valor de R\$ 104.000. Tal documentação foi re-ratificada por meio da Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 10 de dezembro de 2014, e o aumento homologado por meio da Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 10 de dezembro de 2014.

A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 23 de dezembro de 2014 e homologada em 09 de janeiro de 2015.

BMW Leasing do Brasil S.A:

Em 15 de setembro de 2014 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária que tratou da alteração do endereço da sede da Companhia, bem como alteração do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. Tal documentação foi re-ratificada por meio da Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 10 de dezembro de 2014.

A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 06 de Janeiro de 2015, e aguarda homologação

Com relação à BMW Acquisitions Ltda, em 05 de fevereiro de 2014 foi aprovada a 13ª alteração do Contrato Social. A alteração formalizou a renúncia do Sr Jorg Henning Dornbusch, Gerente da Sociedade e, nomeou o Sr Josef Gerd Lechertshuber para o cargo de Administrador Gerente da Sociedade.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

b. Dividendos

Aos acionistas da BMW Financeira S.A. está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Sociedade.

Aos acionistas da BMW Leasing do Brasil S.A, de acordo com o artigo 4º, parágrafo 3º do Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber um dividendo obrigatório anual ou de 3% (três por cento) do capital realizado ou 6,25% (seis inteiros e vinte e cinco décimos por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, prevalecendo a porcentagem que resultar em menor montante.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda, a sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

c. Reservas

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

Reservas especiais de lucros

Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais)

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social – valores correntes e diferidos:

	Conglomerado Prudencial Acumulado 2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.602	2.602
Adições permanentes:	1.563	1.189
Adições temporárias:	-	-
Resultado de exercício futuros	17.159	17.159
Superveniência de depreciação	18.572	-
Contingências cíveis e fiscais	206	206
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.609	7.609
Provisões operacionais	24	51
Prejuízos em operações de crédito	2.903	2.903
Baixa de ágio de investimento	6.182	6.182
Exclusões permanentes:	(1.265)	(1.265)
Exclusões temporárias:		
Resultado de exercício futuros	(68)	(3)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(167)	(167)
Marcação a mercado - Swap	(181)	(181)
Contingências cíveis e fiscais	(60)	(60)
Contingências trabalhistas	(21)	(21)
Reversão de provisões operacionais	(263)	(263)
Equivalência patrimonial	-	-
Base de cálculo	54.795	35.941
Compensação de prejuízo fiscal	(6.626)	-
Alíquota (IR 15% e CS 15%)	(7.225)	(5.391)
Adicional (IR 10%)	(4.793)	-
Ativo fiscal diferido	4.406	3.637
Reversão da provisão para IR diferido	4.643	-
Efeito do IR e CS no resultado	(2.969)	(1.754)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

b. Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2013	Constituições	(-) Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2014
Resultado de exercícios futuros	5.819	7.118	(256)	12.681
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.728	6.414	(3.458)	11.684
Outras (contingências e provisões operacionais)	1.200	1.245	(1.290)	1.155
Prejuízo fiscal	15.025	-	(1.656)	13.369
Total	30.772	14.777	(6.660)	38.889

c. Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2013	Constituições	(-) Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2014
MTM Swap	(1.521)	(2.012)	1.940	(1.593)
Superveniência de depreciação	(8.796)	-	4.643	(4.153)
Total	(10.317)	(2.012)	6.583	(5.746)

A Administração referendou o estudo técnico dos créditos tributários para BMW Financeira S.A. e BMW Leasing do Brasil S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02 e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários, líquido do passivo diferido, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada é de R\$ 26.162. O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 33.142.

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

	Crédito Tributário		Passivo Diferido	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	23.830	21.202	(3.820)	(3.399)
Em 2016	4.717	3.736	(173)	(137)
Em 2017	1.354	962	(1.560)	(1.108)
Em 2018	1.690	1.089	(193)	(124)
Em 2019	2.378	1.405	-	-
Em 2020	2.550	1.384	-	-
Em 2021	1.686	840	-	-
Em 2022	683	312	-	-
Total	38.888	30.930	(5.746)	(4.768)

15 Passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são registradas com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na finalização dos processos.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

a. Depósitos judiciais:

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes e estão representados em 31 de dezembro de 2014 da seguinte forma:

	2014
	Consolidado
Interposição de recursos trabalhistas	42
Interposição de recursos fiscais	42
Outros	336
Total	420

b. Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais referentes à revisão contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

c. Contingências fiscais:

Com relação à BMW Leasing do Brasil S.A, a Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora.

Em 04 de março de 2013, foi publicado Acórdão no recurso especial nº 1.060.210 do STJ, que discute o local de ocorrência do fato gerador nas operações de leasing (estabelecimento prestador x local de entrega do bem e finalização do contrato). Por unanimidade de votos, o STJ entendeu que o ISS nas operações de leasing incide no local da sede da empresa.

Em continuidade, apesar do Recurso Extraordinário interposto pelo Município ter sido admitido, em razão da ausência de efeito suspensivo, a decisão permanece vigente.

Esta decisão vincula as instâncias inferiores do Poder Judiciário, motivo pelo qual Execuções Fiscais que versem sobre recolhimento de ISS em outros Municípios possuem, a partir desta data, probabilidade de perda remota.

Desta forma, não há mais saldos relativos às causas de ISS provisionados na data de 31 de dezembro de 2014.

A BMW Financeira S.A. - CFI possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas de cobrança de IPVA.

d. Contingências passivas e obrigações legais:

	Provisão para passivos contingentes:			
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2013	(210)	(367)	(499)	(1.076)
(-) Constituições	(249)	(29)	(45)	(323)
Reversões	230	10	66	306
Saldo em 31/12/2014	(229)	(386)	(478)	(1.093)

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

e. Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes às operações de CDC.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

	2014	
	Causas possíveis	
	Quantidade de processos	Montante R\$
Cíveis	29	2.109
Trabalhistas	10	1.265
Total	39	3.374

16 Partes relacionadas

As operações das Sociedades são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.750/09.

O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L.

O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. – AM é a BMW España Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda (controlador direto).

a. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 podem ser demonstrados da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

	2014 - Acumulado	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
BMW do Brasil Ltda		
Outros créditos - diversos	689	-
Equalizações a receber	14.760	-
Depósitos a prazo	(151.790)	(5.793)
Outras obrigações – diversas	(261)	(2.519)
Floor Plan a desembolsar	(4.988)	-
Test Drive a desembolsar	(247)	-
Plano Diretoria a desembolsar	(112)	-
BMW Finance N.V. e BMW Holding B.V		
Empréstimo em moeda estrangeira	(280.597)	(24.563)
SC Sky FIDC		
Obrigações por cotas de fundos de investimento	47.180	(2.520)

b. Remuneração do pessoal chave da administração

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital com mais de 10%; e
- c. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Em Assembleia Geral dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Diretores membros da Diretoria Executiva.

Salários e honorários da Administração	2014
Remuneração da administração	2.430

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

A BMW Financeira não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

17 Outras informações

a. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de risco:

O Departamento de Riscos da BMW Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimento e da BMW Leasing do Brasil S.A – Arrendamento Mercantil, é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e liquidez, bem como gestão de capital. A instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, sendo as diretrizes e os limites definidos pela sua Alta Administração, em conjunto com as normas do BMW Group, vide descrição no site da instituição disponível na internet.

b. Risco de crédito

Em cumprimento às disposições da Resolução n. 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 30 de abril de 2009, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Crédito das empresas BMW Financeira S.A- CFI e BMW Leasing do Brasil S.A Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito com o apoio de sua área de negócios, responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito, bem como seu monitoramento.

Além disso, a instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

c. Risco operacional

A empresa mantém política corporativa, específica, de acordo com a Resolução n. 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco operacional visa monitorar e mitigar os riscos da empresa.

O comitê de risco tem como principais responsabilidades sugerir limites de tolerância da organização quanto à exposição ao risco, assim como implementar as estratégias, plano de ação e políticas aprovadas pelos membros executivos do Comitê Interno e legislações vigentes. Vale ressaltar que o comitê de risco da BMW Serviços Financeiros é composto pelos seguintes membros:

- Diretor Presidente ou seu substituto;
- CFO (Chief Financial Officer) ou seu substituto;
- CSO (Chief Sales Officer) ou seu substituto;
- COO (Chief Operating Officer) ou seu substituto;
- Gerente de Risco ou seu substituto.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

As apresentações realizadas no Comitê têm por objetivo informar aos gestores sobre as altas exposições aos riscos operacionais da organização, inclusive sobre o monitoramento de perdas existentes e passíveis de ocorrência, e implementação de indicadores chaves de risco.

d. Risco de mercado e liquidez

A BMW Serviços Financeiros considera que um controle de risco de mercado rigoroso é um fator estratégico de bom desempenho, implementando a política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, consoante às Resoluções n. 3.464/07 e 4.090/12 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os limites de liquidez e de risco de mercado são definidos pela matriz da empresa e apresentados mensalmente no Comitê de Risco, prevalecendo sempre o limite mais conservador. A política de risco é revisada internamente, a qualquer momento e sempre que se fizer necessária, para incorporar mudanças estruturais no mercado e novos avanços na gestão de risco ou em mudanças regulamentares referentes ao assunto em questão.

e. Patrimônio líquido exigido

Em 31 de dezembro de 2014, o conglomerado financeiro da BMW, que inclui as empresas BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil e BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, encontra-se enquadrado no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução n. 2.099/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e legislações complementares.

O índice da Basileia, apurado de forma consolidada, em 31 de dezembro de 2014 é de 21,08%.

f. Gestão de Capital

Em cumprimento às disposições da Resolução n. 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional (CMN), relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A- CFI e BMW Leasing do Brasil S.A Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizados sistemas eletrônicos da matriz que garantem o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital, cujos resultados destas estratégias e monitoramentos são apresentados nos Comitês de Risco.

g. Composição do valor presente dos contratos de arrendamento:

	2014
Arrendamentos a receber, líquidos das rendas a apropriar	13
Imobilizado de arrendamento	24.860
Credores por antecipação de valor residual	(18.926)
Antecipações de contraprestação	(6)
Valor presente dos contratos de arrendamento	5.941

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

h. Outros créditos – diversos:

	2014
Créditos tributários	38.888
Impostos a compensar	2.201
Devedores por depósitos em garantia	420
Taxas de equalizações	14.760
IOF a receber	600
Valores a receber - expatriados	197
Outros valores a receber - Fide	556
Diversas	622
Total	58.244
Circulante	42.806
Longo Prazo	15.438
Total	58.244

i. Outras obrigações – diversas:

	2014
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	47.180
Contratos a desembolsar	5.347
Passivos contingentes cíveis e trabalhistas	707
Provisões para pagamentos a efetuar	4.752
Valores a pagar - expatriados	532
Diversas	220
Total	58.738
Circulante	57.711
Longo Prazo	1.027
Total	58.738

j. Despesas tributárias:

	2o.sem.2014	2014
COFINS	(935)	(2.287)
ISS	(278)	(526)
PIS	(152)	(372)
IOF	(256)	(265)
Tributos importação	(696)	(991)
Outros tributos	(22)	(35)
Total	(2.339)	(4.476)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

k. Outras despesas administrativas:

	2o.sem.2014	2014
Despesas de serviços técnicos especializados	(3.610)	(5.258)
Despesas com serviços de terceiros	(2.257)	(3.699)
Despesas de processamento de dados	(3.217)	(5.241)
Despesas de serviços de terceiros	(152)	(372)
Despesas de aluguéis	(160)	(432)
Despesas de promoções e relações públicas	(2.220)	(2.895)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(822)	(1.196)
Despesas de comunicações	(246)	(451)
Despesas de viagem	(394)	(732)
Despesas de publicações	(54)	(205)
Despesas de material	(17)	(31)
Outras despesas administrativas	(143)	(707)
Total	(13.292)	(21.219)

l. Despesas de pessoal:

Desde junho de 2012 é realizado o rateio de despesas administrativas, inclusive de despesas com pessoal, entre a BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil e BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Para fins de definição do método de rateio de despesas entre as empresas acima mencionadas, foram utilizados critérios que medem a efetiva utilização do bem ou atividade exercida por cada uma das empresas envolvidas (critérios “diretos”), ressalvadas as despesas cuja divisão, face à inviabilidade ou impossibilidade técnica na adoção dos critérios “diretos”, foi realizada empregando-se critérios “indiretos”.

m. Outras despesas operacionais:

	2o.sem.2014	2014
Despesas com comissões e premiações	(5.682)	(10.901)
Despesas com provisões operacionais	(600)	(2.968)
Despesas com liquidações antecipadas	(3.224)	(6.142)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimento	(2.520)	(2.520)
Total	(12.026)	(22.531)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)**

n. Outras receitas operacionais :

	2o.sem.2014	2014
Receita com taxa de cadastro	3.533	6.931
Receita de prestação de serviços diferenciados	44	92
Receita com acordos operacionais	527	1.423
Atualização monetária - imposto a compensar	58	111
Reversão de provisões operacionais	1.338	2.276
Rendas de assessoria técnica - América Latina	613	1.094
Tributos - IPVA	15	28
Outras receitas operacionais	35	53
Total	6.163	12.008

o. Adoção das disposições contidas na Lei nº 12.973/14 e IN 1.397/13:

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e Instrução Normativa 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela Instrução Normativa 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não optou pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da Lei nº 12.973/14 e da IN 1.397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

*

DIRETORIA

Eduardo Tavares Nobre Varella – Diretor Presidente

Josef Gerd Lechertshuber – Diretor

**

Thais Andrade Costa
Contadora
CRC 1SP269365/O-8